## Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	1
5.2 Descrição dos controles internos	6
5.3 Programa de integridade	8
5.4 Alterações significativas	13
5.5 Outras informações relevantes	14

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos ("**Política**"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2020, e revisada pela última vez em 13 de julho de 2022.

A Política foi elaborada com base nas melhores práticas de mercado considerando o Modelo COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework*), o Guia de Valores da Companhia, a Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia e a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia. A política reúne elementos já consolidados no mercado traduzidos para a realidade da Companhia, trazendo o processo de gerenciamento de riscos corporativos, e englobando o gerenciamento de risco de mercado e de risco de crédito.

A Política pode ser acessada: (i) na sede da Companhia, na Av. Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, CEP 04571-936, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) nos endereços eletrônicos da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

## b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política visa a fornecer e indicar os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de risco da Companhia com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar riscos, bem como descrever o processo de gerenciamento de risco, os procedimentos de comunicação e as responsabilidades dos principais órgãos societários da Companhia, vinculando todos os departamentos e empregados da Companhia.

#### (i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca, com a Política, proteção para os riscos estratégicos, macroeconômicos e operacionais, incluindo corrupção e suborno, riscos associados à sua liquidez, às taxas de inflação, às taxas de juros e à flutuação da taxa de câmbio, que possam impactar de forma adversa o alcance dos objetivos da Companhia.

- Riscos estratégicos: significa o risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.
- Riscos operacionais: significa o risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos ou eventos externos, incluindo, mas sem limitação, fraudes internas e externas.
- Risco de mercado: significa o risco de preço e volume relacionados com a exposição da carteira das operações de compra e venda de energia. O risco de preço está associado a variações do preço de mercado, abrangendo nível, volatilidade e liquidez. Os riscos de volume estão principalmente associados ao Risco Climático, mas também pode ser amplificado pela estratégia de operação do SIN ou pelo nível de aversão ao risco de determinados agentes de mercado.
- Risco Financeiro: significa o risco de perda econômica e financeira devido à exposição a variáveis de mercado, como taxas de juros, índices de preços, taxa de câmbio, preços de commodities. Adicionalmente, contempla, também, o risco de liquidez, representado pela falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas.

- Risco de Crédito: significa o risco relativo à inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes devidos e outras.
- Risco de Compliance: significa o risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.
- Risco de Informação: significa o risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.
- Risco de Tecnologia: significa o risco relacionado à perda resultante de falhas de sistemas, inclusive potencial vazamento de informações, indisponibilidade ou fragilidade da infraestrutura de TI e ameaças de fraudes ou ataques cibernéticos.
- *Risco Legal:* significa o risco de perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
- Risco Regulatório: significa o risco de não cumprimento de obrigações previstas em regulamentações (leis e resoluções). Esse risco também está associado às mudanças regulatórias em que a Companhia está inserida.
- Risco Socioambiental: significa o risco de danos socioambientais devido à intervenção humana no meio ambiente, na saúde e bem-estar das pessoas, incluindo os riscos associados às Mudanças Climáticas.
- Risco de Execução: significa o risco de criação de valor abaixo do esperado ou destruição de valor dos investimentos, relacionados a não execução dos projetos estratégicos conforme o Business Plan. Esse risco está associado ao sobrecusto no investimento planejado, atrasos na entrada em operação, perda de prêmios e incentivos fiscais, perda de receita por penalidades, falta de conexão por infraestrutura compartilhada, entre outros.

Pontua-se que os principais riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são: (i) risco de crédito; (ii) risco cambial; (iii) risco de gerenciamento de capital; (iv) risco de liquidez; e (v) risco de taxa de juros.

A Companhia também monitora potenciais necessidades de contratação de instrumentos para proteção de risco de liquidez, taxa de juros e risco cambial referente a eventuais obrigações atreladas à moeda estrangeira. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza de contratos a termo de moedas diante da existência de risco efetivo atrelado à variação cambial, e swap de moeda para mitigar o risco cambial atrelado a financiamentos de origem internacional.

Para mais informações sobre os riscos em geral e os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção, vide itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

#### (ii) os instrumentos utilizados para proteção

Com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework* (COSO), a Companhia estabelece um processo de gestão do risco que engloba os seguintes componentes:

• Ambiente interno: envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;

- Fixação de objetivos: pressupõe a certificação de que a administração disponha de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinhem à missão e aos princípios da Companhia;
- *Identificação de eventos*: inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- Avaliação do risco: exige uma análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- Resposta ao risco: exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- Atividades de controle: inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão destes seja efetivamente realizada;
- *Informação e comunicação*: exige que as informações relevantes sejam identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- *Monitoramento*: exige revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

Os instrumentos financeiros mais utilizados pelo mercado visando à proteção patrimonial são os *swaps* e contratos a termo para proteção (*hedge*) contra o risco de taxa de juros e moeda estrangeira em certas obrigações atreladas à moeda não funcional.

Definido o objeto do *hedge* e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo (instrumentos de *hedge*) vigentes. As operações de *swap* de moeda e juros totalizam um volume financeiro protegido de US\$ 293,0 milhões.

Quando contratados, os contratos a termo são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente mensurados novamente pelo valor justo no encerramento do exercício.

Eventuais ganhos ou perdas não realizados transitam em "outros resultados abrangentes". Já o *swap* de moeda está classificado como *cashflow hedge* e é reconhecido pelo valor corrigido até o encerramento do exercício. O seu valor justo transita em "outros resultados abrangentes".

#### (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos que envolve as seguintes instâncias internas, a saber:

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia será responsável por:

- (i) assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- (ii) receber por meio do Comitê de Auditoria o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta área são suficientes ao desempenho de suas funções;

- (iii) determinar o apetite por riscos e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- (iv) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- (v) aprovar quaisquer mudanças na Política; e
- (vi) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pela Área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos Corporativos.

#### Diretoria

A Diretoria da Companhia será responsável por:

- (i) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- (ii) propor ao Conselho de Administração parâmetros para definir o apetite por risco da Companhia;
- (iii) conduzir revisão periódica da Política e apresentar sugestões ao Conselho de Administração;
- (iv) revisar periodicamente a Avaliação de Risco, relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- (v) avaliar e monitorar o Risco Estratégico;
- (vi) identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlata;
- (vii) auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco;
- (viii) validar os modelos de Gestão de Riscos, portfólio de riscos e avaliações de riscos relevantes;
- (ix) priorizar recursos para assegurar adequada resposta aos riscos da Companhia;
- aprovar as metas e ações para tratamento e mitigação dos riscos;
- (xi) traçar limites de riscos de acordo com o apetite a risco do Grupo AES Brasil;
- (xii) avaliar a supervisão e o monitoramento do gerenciamento de riscos da Companhia, podendo manifestar-se a respeito; e
- (xiii) criar e instalar um Comitê de Risco, caso entenda necessário, de funcionamento temporário ou permanente, com o objetivo de auxiliá-la no cumprimento de suas obrigações conforme estabelecido na Política.

#### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia, na qualidade de comitê de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, estará encarregado de:

- (i) rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- (ii) avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos e riscos corporativos;
- (iii) revisar as principais políticas da Companhia propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- (iv) avaliar e monitorar os processos envolvidos na definição e acompanhamento das exposições de Risco da Companhia;
- (v) investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia;
- (vi) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos da Companhia.

#### Áreas de Compliance, Controles Internos, Riscos Corporativos e Auditoria Interna

A estrutura de risco corporativa da Companhia está sob a responsabilidade das três linhas de defesa:

- 1ª linha de defesa: áreas de negócio responsáveis pelas atividades operacionais de construção, operação, compra e venda de energia e administrativo (Financeiro, Jurídico, Controladoria, TI, etc). São responsáveis por auxiliar na elaboração, acompanhamento e controle dos riscos no *Heat Map*; e por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos;
- 2ª linha de defesa: área de Compliance, de Controles Internos e de Riscos Corporativos da Companhia, responsáveis por exercer as funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, respectivamente;
- 3ª linha de defesa: Auditoria Interna, que atua na avaliação independente da 1ª e 2ª linha, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

## c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos desenvolvida pela Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política.

#### 5.2 Descrição dos controles internos

# (a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Em sua estrutura, a Companhia conta com a área de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Companhia conta também com a Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a eficácia dos controles-chave implementados para mitigar o risco de imprecisões significativas nas informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O resultado desta avaliação, bem como o status dos planos de ação é periodicamente comunicado ao Comitê de Auditoria Estatutário.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuam impacto nas demonstrações contábeis, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

#### (b) As estruturas organizacionais envolvidas

Conforme descrito no item 5.2(a) acima e no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência, as estruturas organizacionais diretamente envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle da Companhia são a área de Controles Internos e a Auditoria Interna.

# (c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation e pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente aos membros do Comitê de Auditoria local e do Conselho Fiscal.

O resultado da avaliação de controles internos realizada pelos auditores independentes é reportado através do relatório de recomendações à área de Controles Internos, ao Gerente de Controladoria, ao Gerente Tributário e ao Conselho Fiscal. As oportunidades de melhorias reportadas são analisadas e para todas são definidos planos de ação para implementação das recomendações daqueles auditores independentes. A área de Controles Internos faz o acompanhamento dos planos de ação definidos, para garantir que todos os riscos apontados sejam mitigados dentro dos prazos acordados.

## (d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente,

### 5.2 Descrição dos controles internos

nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

Os auditores independentes, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito no item 5.3.d acima, não foram identificadas deficiências relevantes no relatório preparado pelos auditores independentes.

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia é controlada pela The AES Corporation, sua controladora indireta ("**AES Corporation**"), e o seu programa de *Compliance* é aplicável à todas as companhias do Grupo. Sendo assim, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos globais e locais para prevenir e detectar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

Além disso, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, é voltada, dentre outros objetivos, à proteção de riscos de reputação e imagem.

 i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- Guia de Valores e Políticas de Compliance. A Companhia adota o código de conduta denominado "Guia de Valores AES - Das Palavras às Ações", inicialmente aprovado por AES Corporation, o qual foi atualizado em outubro de 2020, e foi submetido à aprovação do Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2020 ("Guia de Valores"). O Guia de Valores é uma ferramenta fundamental para garantir que a Companhia continue agindo com os mais altos padrões éticos em todas as atividades e os negócios firmados e aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários, empreiteiras e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia. O Guia de Valores descreve as normas de conduta empresarial que governam nossas transações comerciais no mundo todo, destaca as ponderações que devemos fazer ao tomar decisões e está disponível no site externo da Companhia para que todos tenham acesso. No Guia de Valores, abordamos temas relacionados a conflito de interesses, lavagem de dinheiro, livre concorrência, atividades políticas e presentes e entretenimento. Ainda, a Companhia seque política específica, determinada pela AES Corporation, para prevenção e combate à corrupção aplicável a todos os colaboradores da Companhia. Ademais, a Companhia conta com políticas locais específicas que abordam os temas de anticorrupção, conflito de interesses, doações e patrocínios, presentes e entretenimento, vedação ao segundo emprego ou atividade externa e controle de exportações, sanções comerciais e Lei Anti-boicote. Em outubro de 2022, foi criada e aprovada pelo do Conselho de Administração a Política de Compliance, que demonstra a estrutura e competências do departamento de Ética e Compliance, o fluxo do recebimento das denúncias no HelpLine, a gestão de consequências, as diretrizes para o relacionamento com governo e a due diligence de terceiros.
- Treinamentos. No momento da contratação, durante o processo de integração, os novos colaboradores da Companhia são treinados em relação ao Guia de Valores, políticas de Compliance e demais normas relacionadas. Além disso, ao longo do ano, a Companhia promove comunicações e palestras para reforçar temas de Compliance e suas políticas. Por fim, todos os colaboradores da Companhia recebem um treinamento sobre o Guia de Valores a cada dois anos. Os últimos treinamentos versando sobre o Guia de Valores foram realizados em dezembro de 2022. Também, ainda no primeiro semestre de 2023, será realizado o treinamento do nosso Guia de Valores para todos os fornecedores da Companhia que atuam na cadeia de alto-risco. Os treinamentos abrangem colaboradores

de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração e terceirizados.

• Canal de Denúncias (AES Helpline). Com o compromisso de assegurar a conduta ética nos negócios, a Companhia possui seu Programa de Ética e Compliance, utilizado por todas as empresas do grupo AES Corporation no mundo. Uma das ferramentas desse programa é o AES Helpline, um canal de comunicação sigiloso e confidencial, disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, o qual pode ser utilizado por qualquer pessoa para sanar dúvidas, fazer sugestões ou denunciar, de boa-fé, atos que vão contra os direcionamentos do Guia de Valores ou desvios dos princípios éticos. O AES Helpline pode ser acessado por um número de telefone "0800" e pelo site www.aeshelpline.com.

A recepção das manifestações é feita por uma empresa multinacional terceirizada, o que garante total isenção no acolhimento de toda e qualquer manifestação. Todas as manifestações são averiguadas e uma resposta é dada ao relator, bem como as ações apropriadas são tomadas pela Companhia com base nas conclusões das investigações.

• Avaliação de Terceiros. Dentro do Grupo AES Brasil, a área de Ética e Compliance é responsável por realizar Due Diligence prévia à contratação de fornecedores, prestadores de serviços e/ou parceiros de negócios quando da celebração de contratos, doações, acordo de entendimentos, joint ventures, fusões e aquisições e/ou parcerias de negócios. A profundidade da referida Due Diligence dependerá da classificação do risco, obedecendo a alguns critérios, tais como: valor envolvido na operação, possibilidade ou não de interação do terceiro com órgãos/agentes públicos, pagamento de honorários de êxito, volume de contratos com determinado terceiro no período de 12 meses, além de outros aspectos relevantes que possam ser apontados pela área durante a análise. Operações nas quais o potencial parceiro venha a interagir com órgãos/agentes públicos em nome da AES, mesmo que indiretamente, são classificadas como alto risco, independentemente do valor e, portanto, serão conduzidas pesquisas mais robustas, de forma a prevenir/coibir a prática de fraudes/ilícitos contra entes públicos.

Conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, compete à área de Auditoria Interna da Companhia realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia, de acordo com metodologia própria de materialidade e risco, competindo à Diretoria a condução da revisão periódica da referida política, cuja aprovação competirá ao Conselho de Administração.

Além disso, a Companhia adota a Política de Investimento Social Privado, Doações e Patrocínios, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2021, cuja finalidade é definir as diretrizes para a atuação da Companhia e de suas subsidiárias em relação a investimentos sociais, doações e patrocínios, feitos por meio de recursos próprios ou incentivados.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no Guia de Valores, a área de *Compliance* da Companhia é responsável por responder a todas as solicitações de orientação e investigar todas as denúncias de comportamento impróprio.

Cumpre, ainda, destacar que, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, cumpre à área de *Compliance*, em conjunto com as áreas de Controles Internos e Riscos Corporativos, dentre outras atribuições, coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de controles internos e risco corporativo (incluindo de riscos de *compliance*).

A área de *Compliance* reporta-se diretamente à diretoria de *Compliance* Global da AES Corporation, e a Diretoria Financeira (não estatutária) é responsável pelas áreas de Controles Internos e Riscos Corporativos da Companhia.

A Diretoria de Ética e *Compliance*, a equipe a ela subordinada e os membros do Comitê de Ética gozam de total autonomia e apoio para o desenvolvimento de seus trabalhos. O Programa de *Compliance* e seu entendimento por todas as esferas hierárquicas da Organização possibilitam que a área de Ética e *Compliance* investigue qualquer posição dentro das empresas da AES Brasil, incluindo seus líderes sênior, se assim for necessário. A área também tem a premissa de recomendar ao negócio e até vetar a contratação de determinado fornecedor, se este negócio puder trazer risco indesejáveis à integridade e reputação da empresa.

A criação das áreas de *Compliance*, de Controles Internos e de Riscos Corporativos da Companhia foi ratificada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de março de 2021, em atenção às disposições da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**"). Ademais, as definições e atribuições de Controles Internos, *Compliance*, Risco Corporativo e Auditoria Interna foram revisadas e aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia no dia 13 de julho de 2022.

Adicionalmente, de modo a assegurar a independência das áreas de *Compliance*, de Controles Internos e de Riscos Corporativos da Companhia, os seus respectivos membros não acumulam atividades operacionais na Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: 1) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; 2) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema; 3) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; 4) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota o Guia de Valores, inicialmente proposto, criado e aprovado pela AES Corporation, o qual prevê um conjunto de valores que proporcionam um parâmetro comum para as decisões de negócios, ações e comportamentos dos colaboradores em todas as atividades cotidianas. Esses valores guiam todas as ações da Companhia, fornecendo um modelo de como todos devem interagir com outras pessoas da Companhia, realizar negócios com os parceiros e fornecedores, e servir aos clientes e às muitas comunidades em que a Companhia opera.

Dentre as orientações estabelecidas no Guia de Valores temos a obediência à lei e a tolerância zero para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção, incluindo a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 e *United States Foreign Corrupt Practices Act – FCPA*, lei contra práticas corruptas no exterior. O Guia de Valores da Companhia estabelece formal e claramente que ninguém deve oferecer ou receber dinheiro ou qualquer outra coisa de valor, direta ou indiretamente, a nenhuma autoridade governamental ou terceiro com a finalidade de influenciar decisões, obter ou manter negócios, ou assegurar qualquer vantagem indevida para si, para a Companhia ou terceiros.

O Guia de Valores é uma ferramenta fundamental para garantir que a Companhia continue a agir com os mais altos padrões éticos em todas as suas atividades. Cada colaborador da Companhia

PÁGINA: 10 de 14

é pessoalmente responsável por aderir ao Guia de Valores. A Companhia visa a preservar os seus padrões éticos na condução de seus negócios.

O Guia de Valores se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, membros do conselho da administração e empregados. A Companhia busca fazer negócios com fornecedores, agentes, consultores e parceiros que sigam os mais elevados padrões de conduta e integridade nos negócios. Todos os acordos celebrados pela Companhia com tais partes devem estar em conformidade com as diretrizes do Guia de Valores e as regulamentações aplicáveis.

Todos os colaboradores recebem treinamentos e discussões de temas éticos acerca dos temas do Guia de Valores e políticas de *Compliance*, os quais são realizados ao longo de todo o ano. Em 2022, foram realizadas um total de 22 sessões de treinamento a respeito de temas como: anticorrupção, *compliance* contratual, Guia de Valores, assédio e conduta imprópria e conflito de interesses. Também, mensalmente, foram divulgadas comunicações a respeito de temas das políticas de *Compliance* da Companhia, além de se ter publicado tanto internamente como externamente mensagens e vídeos da alta-liderança que reforçaram a importância da cultura ética da Companhia. Em novembro de 2022, foi realizada a *Compliance Week* da AES, na qual foram abordados diferentes temas de ética e integridade por palestrantes convidados, com a participação dos colaboradores da Companhia.

No momento da contratação, durante o processo de integração, os novos colaboradores da Companhia são treinados em relação ao Guia de Valores, políticas de *Compliance* e demais normas relacionadas. Além disso, ao longo do ano, a Companhia promove comunicações e palestras para reforçar temas de *Compliance*.

Apesar de a Companhia não possuir um código prevendo sanções específicas para cada caso, a Política de *Compliance* estabelece a gestão de consequências para possíveis violações ao Guia de Valores e políticas de *Compliance*. A política determina Medidas de Orientação e Medidas Formais em que as ações disciplinares podem incluir da advertência verbal até a extinção do contrato de trabalho do empregado da Companhia por justa causa. A decisão pela ação disciplinar aplicável dependerá da gravidade da infração e deverá ser estruturada de forma colegiada, com o suporte de outras áreas da Companhia a depender do tema abordado (ex: líderes da área do infrator, com o suporte de Recursos Humanos, Jurídico e Ética e *Compliance*).

O atual Guia de Valores foi atualizado em outubro de 2020, e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2020. O Guia de Valores está disponível na página da Companhia de Relações com Investidores (https://ri.aesbrasil.com.br/Políticas e Regimentos)

 b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: 1) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; 2) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; 3) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e 4) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Conforme mencionado no item 5.3(a)(i) acima, a Companhia possui um canal de comunicação chamado AES *Helpline*, que é confidencial, está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, em língua local, e pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para sanar dúvidas, fazer sugestões ou denunciar, de boa-fé, atos que vão contra os direcionamentos do Guia de Valores ou das demais diretrizes da Companhia. Além disso, o AES *Helpline* pode ser acessado pelo número de telefone 0800 891 4167 e por *website* (www.aeshelpline.com). A recepção das manifestações é feita por uma empresa terceirizada o que garante total isenção no acolhimento de toda e qualquer manifestação. Todas as manifestações são averiguadas e uma resposta é dada ao relator, bem como as ações apropriadas são tomadas pela Companhia com base nas conclusões das investigações.

Dependendo do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Recursos Humanos, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente,

PÁGINA: 11 de 14

Segurança Patrimonial e/ou Auditoria Interna com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma medida de recomendação.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações contábeis da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as ações necessárias e implementar planos de remediação.

O contato com o AES *Helpline* pode ser feito de forma anônima. Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhuma retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

A área de *Compliance* da Companhia é responsável por responder a todas as solicitações de orientação e investigará todas as denúncias de comportamento impróprio. Cumpre destacar que, em nenhuma situação, o indivíduo ou os indivíduos que fizerem parte de uma denúncia serão parte do processo de investigação, sendo garantida a independência e o tratamento da denúncia por equipe isenta e pelo superior hierárquico conforme aplicável.

 c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades, atos ilícitos contra a administração pública.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota os mecanismos descritos acima.

PÁGINA: 12 de 14

#### 5.4 Alterações significativas

Até a conclusão da incorporação de ações de emissão da AES Tietê Energia S.A. ("**AES Tietê**") pela Companhia ("**Incorporação de Ações**"), a Companhia não era operacional e, portanto, entendia-se que não estava exposta a riscos relevantes. Com a implementação da Incorporação de Ações, em 23 de março de 2021, a Companhia passou a estar exposta aos riscos aos quais a AES Tietê e, posteriormente à sua substituição, a AES Brasil Operações S.A. e suas controladas estão sujeitas.

Sem prejuízo do descrito acima, a Companhia não tem, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência, observado, contudo, que riscos adicionais que a Companhia não conhece atualmente ou que considera irrelevantes podem vir a afetá-la.

PÁGINA: 13 de 14

## 5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 14 de 14